

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL – Sr. Presidente, respeitosamente eu gostaria que ficasse constado minha abstenção com relação a essa votação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental. Que conste na Ata a abstenção de V. Exa. em relação à votação do PDL 26/19.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Sr. Presidente, para uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O deputado Adalberto tem a palavra para uma comunicação. Antes, porém, retifico a convocação que eu, de maneira equivocada, acabei fazendo.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, §5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Direitos da Pessoa Humana, a realizar-se um minuto após o término da última convocação, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 226, de 2017.

Com a palavra o deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria deixar um comunicado que, todas as vezes que foi invocado o nome do nosso presidente Jair Bolsonaro, do nosso governo, que está aí, eu quero falar o seguinte, que o governo está há cinco meses trabalhando para tentar consertar o que o Partido dos Trabalhadores ficou 13 anos desgovernando. Quase acabou com o nosso país.

Então, não acho justo a pessoa ir à tribuna e querer cobrar a corrupção. A corrupção nós aprendemos com o Partido dos Trabalhadores. Foram os pioneiros. Se você buscar no Google, hoje, quem é o maior ladrão da história, vocês vão ver quem é que está lá. Qual é o partido que mais roubou na história, vai ver quem está lá. Isso não sou eu que estou falando, é só entrar no Google.

E sobre quem matou quem, que ela falou que alguém matou, eu queria saber quem foi que matou o Celso Daniel, que até hoje ninguém sabe. O Toninho do PT também, que mataram, e outras tantas vítimas. Então, não dá para subir aqui e falar em morte de não sei quem. Isso começou lá atrás, entendeu? E tenha certeza de que todas as vezes que foi invocado o nome do nosso presidente, do nosso partido, eu vou defendê-lo.

Muito obrigado, presidente.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, em relação à fala da deputada Carla Morando, só para fazer um esclarecimento, o prefeito Luiz Marinho, talvez tenha um ou dois prefeitos neste País que tenham tido todos os oito anos de contas aprovados pelos tribunais de contas do estado de São Paulo. Todos. Todas as contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. E V. Exa. sabe o que é isso e os deputados aqui sabem o que é isso.

Isso é a primeira coisa. Segunda coisa, o deputado Luiz Marinho não teve as contas rejeitadas. Para ter as contas rejeitadas, precisaria ter 19 votos contra o prefeito Luiz Marinho. É verdade que o governo trabalhou, e é normal que faça isso, não tem problema nenhum, é de jogo político, gente. Eu estou cansado de dizer isso aqui.

É lógico que o prefeito Orlando Morando trabalhou para não deixar aprovar as contas, mas não obteve sucesso. Foram oito sessões com a Câmara parada porque estavam as contas do Luiz Marinho lá, travando a sessão na Câmara e ele só obteve 18 votos.

Foram 18 votos a favor de cassar as contas do Luiz Marinho, de não aprovar as contas do Luiz Marinho, seis votos favoráveis e quatro abstenções. Esse é o resultado.

Então, ele não teve mais de 18 votos contra ele, deputada. Só fazendo uma correção na sua fala, entendeu? Foram 18 votos contra ele. Com 18, as contas estão aprovadas. É preciso dois terços para recusar. E não é só lá, aqui também precisa ter dois terços para rejeitar as contas do governador. Só para fazer esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esgotado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão, lembrando-os do congresso de comissões agora, no salão nobre da Presidência.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 48 minutos.

19 DE JUNHO DE 2019 66ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e DOUGLAS GARCIA
Secretaria: DOUGLAS GARCIA

RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - CORONEL TELHADA</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão. Altera a finalidade da sessão solene convocada para o dia 09/08, às 20 horas, para "Comemoração dos 20 Anos da Rede TV Século XXI", por solicitação do deputado Rafa Zimbaldi. Cancela sessão solene anteriormente convocada para o dia 02/08, às 20 horas, para "Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo à Companhia de Teatro Os Satyros", por solicitação do deputado Carlos Giannazi.</p> <p>2 - CASTELLO BRANCO</p> <p>Exibe e comenta eslaides sobre a política fiscal do país. Enaltece a relevância do estado de São Paulo para o Brasil. Discorre acerca de princípios que norteiam a atividade tributária e sua relação com a economia. Revela que o país é o terceiro em carga tributária, no mundo. Reflete acerca das vantagens de se reduzir o ICMS do combustível de aviação.</p> <p>3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA</p> <p>Anuncia a presença de Eduardo Suplicy, vereador à Câmara Municipal de São Paulo.</p> <p>4 - EMIDIO LULA DE SOUZA</p> <p>Saúda Eduardo Suplicy. Manifesta-se contra desonerações fiscais em áreas não específicas, levadas a efeito pelo governo do estado. Mostra-se preocupado com a concessão de incentivos fiscais para combustíveis de aviação, a abrangar cerca de 300 milhões de reais por ano. Assevera que abrir mão de receitas significa não contemplar reformas em escolas, por exemplo. Defende isenções fiscais para ônibus e caminhões, a fim de impactar custos do transporte e dos alimentos.</p> <p>5 - DOUGLAS GARCIA</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>6 - CORONEL TELHADA</p> <p>Parabenziza cidades de São Paulo que aniversariam nesta semana. Faz coro ao pronunciamento do deputado Castello Branco. Lamenta a ausência de servidor responsável por câmera, neste plenário. Exibe e comenta matéria jornalística sobre a decisão da Justiça, de encaminhar a júri popular, acusados pelas mortes de 242 pessoas, na boate Kiss. Clama ao estado que incremente a fiscalização. Acrescenta que a lei nº 16.110, de 2016, cujo projeto fora de sua autoria, ainda não fora regulamentada.</p>

7 - SARGENTO NERI

Posiciona-se a favor de policiais militares envolvidos em ocorrência com carroceiro. Exibe vídeo do homem algemado, batendo propositadamente a cabeça no chão. Afirma que general não conhece abordagem policial. Reflete acerca das dificuldades do trabalho de policiamento na rua. Justifica condutas de contenção levadas a efeito por profissionais da Segurança Pública. Acrescenta que o governador e o secretário de Segurança Pública devem ter melhor entendimento da atividade policial.

8 - JANAINA PASCHOAL

Lamenta o falecimento do professor Alvino Augusto de Sá, psicólogo e colaborador na formação jurídica. Destaca qualidades pessoais e profissionais do homenageado. Informa que no dia 05/07 deve ser realizada, nesta Casa, audiência pública para debater pretensões do Governo do Estado a respeito da política penitenciária.

9 - CONTE LOPES

Faz coro ao pronunciamento do deputado Sargento Neri. Discorre acerca da atividade policial, solicitada por comerciante, para conter carroceiro. Reflete sobre o uso da força. Lembra recente facada sofrida por tenente, que culminara com a morte do agressor. Afirma que imobilizara bandido, dentro de viatura. Assevera que sob seu comando, policial militar não aceita sofrer agressão física. Argumenta que é natural o diálogo entre juízes, promotores e advogados.

10 - CARLOS GIANNAZI

Crítica decisão da direção da escola Sesi 411, de Taubaté, de demitir professores que participaram de manifestações populares contra a reforma da Previdência e a favor da Educação. Lista os nomes dos profissionais que tiveram contratos rescindidos. Afirma que a medida afronta direitos constitucionais e a dignidade humana. Acrescenta que hoje deve ser realizada manifestação de alunos em defesa do corpo docente envolvido. Informa que deve acionar a Comissão de Educação desta Casa e o Ministério Público do Trabalho. Clama pela readmissão imediata dos professores.

11 - CORONEL NISHIKAWA

Informa visita à Casa Civil para tratar da criação de parque temático a favor de nações, especialmente do Japão. Aduz que ontem comemorou-se os 100 anos da Imigração Japonesa no Brasil. Justifica posição favorável ao PL 435/19, de autoria da deputada Janaina Paschoal.

12 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

13 - DOUGLAS GARCIA

Crítica decisão do Senado Federal contra o Decreto do Porte de Armas, do governo federal. Assevera que a medida é contrária ao direito de defesa da população. Afirma que somente governos ditatoriais desarmam a população, como de Nicolás Maduro, por exemplo. Destaca dados estatísticos anunciados pela Polícia Federal. Clama aos deputados federais que sejam a favor da matéria.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - MAJOR MECCA

Afirma que hoje os policiais militares não fazem treinamentos, pois o Estado não disponibiliza de tempo para isto. Comenta sobre o exaustivo turno de serviço dos policiais. Lembra que os soldados da Rádio Patrulha, criticados nas imagens exibidas anteriormente, são os que chegam primeiro nas ocorrências. Diz ser interessante que o governador saiba das peculiaridades dos operadores de Segurança Pública. Menciona ser comum que os presos se machuquem propositalmente para prejudicar os policiais em audiências de custódia. Defende o fim da presunção de culpa do policial. Considera a situação dos policiais muito triste.

15 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

16 - CONTE LOPES

Para comunicação, cobra das autoridades a prisão dos responsáveis pela morte de cabos da Rota em São Paulo e Santos. Lembra que ninguém foi preso.

17 - CASTELLO BRANCO

Discute a questão tributária no Brasil. Exibe eslaides sobre o assunto. Mostra tabela de posição financeira, com estudo comparativo sobre a aviação. Comenta a renúncia de receitas. Diz ter feito emenda ao PL 494. Afirma que o projeto beneficia apenas cinco por cento do setor da aviação. Esclarece que em sua emenda foram contemplados outros combustíveis além do querosene. Informa que irá preparar dossiê completo para todos os deputados, com estudos sobre o assunto. Menciona emendas apresentadas por outros deputados. Diz ter sido aprovada lei semelhante no Espírito Santo. Relata que o combustível brasileiro é o mais caro do mundo e o de São Paulo o mais caro do Brasil.

18 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, comprometeu-se a ler o dossiê que será entregue pelo deputado Castello Branco. Lamenta o desmonte do Campo de Marte. Diz ter recebido pleitos de pessoas preocupadas com este movimento. Defende a manutenção deste aeroporto, que além de valorizar o entorno, funciona como uma via de escape no coração da cidade de São Paulo.

19 - CARLOS CEZAR

Elogia o governador João Doria pelo seu posicionamento em relação à aprovação de lei que libera a venda de bebidas alcoólicas em estádios de futebol. Diz ser esta lei inconstitucional, ferindo a Lei do Estatuto do Torcedor. Discorre sobre estatísticas relacionadas ao assunto. Lamenta a atuação do Supremo Tribunal Federal ao legislar sobre a criminalização do crime de homofobia. Repudia a decisão do STF. Convida todos para participarem, amanhã, da 27ª Marcha para Jesus.

20 - CASTELLO BRANCO

Discorre sobre o monopólio da Petrobras na venda de gasolina de aviação. Afirma que o projeto apresentado beneficia apenas cinco por cento da aviação. Comenta sobre a incidência de ICMS em voos nacionais e internacionais. Relata as medidas compensatórias propostas pelo Executivo estadual. Agradece as associações envolvidas no estudo. Exibe as contrapartidas das empresas ao projeto. Destaca a importância do "stop over", com paradas intermediárias, antes do destino final. Esclarece que o PL 494 beneficia somente a aviação comercial e não a aviação civil geral.

21 - JANAINA PASCHOAL

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

22 - PRESIDENTE DOUGLAS GARCIA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 24/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, às 10 horas de 24/06, em "Comemoração do Dia do Imigrante". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Douglas Garcia para ler a resenha do Expediente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Está sobre a mesa uma indicação do deputado Aprígio ao Sr. Governador do estado de São Paulo para que determine a adoção das medidas necessárias junto aos órgãos competentes da administração estadual, objetivando a liberação de recursos para fins específicos de custeio para o Hospital de Amor, de Barretos, anteriormente conhecido como Hospital de Câncer.

Também está sobre a mesa uma indicação do nobre deputado Sebastião Santos, também ao governador do estado de São Paulo, sobre a liberação de recursos financeiros para o setor de Saúde do município de Pederneiras.

Está lido o Expediente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado Douglas.

Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, eu quero dar ciência à Casa dos seguintes ofícios.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Rafa Zimbaldi, altera a finalidade da sessão solene convocada para o dia 9 de agosto de 2019, às 20 horas, para sessão solene com a finalidade de comemorar os 20 anos da Rede TV Século 21.

Esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Carlos Giannazi, cancela a sessão solene convocada para o dia 2 de agosto de 2019, às 20 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo à Companhia de Teatro Os Satyros.

Lido. Vamos, portanto, ao Pequeno Expediente. Primeiro deputado inscrito é o Sr. Deputado Castello Branco. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, ouvintes telespectadores da TV Alesp, nobres deputados aqui presentes.

Vamos dar continuidade hoje a uma longa preleção que fala sobre a guerra fiscal no estado de São Paulo, em particular a nossa proposta de redução do ICMS para os combustíveis de aviação. Existe uma disputa interna no Brasil já há algum tempo sobre a redução de impostos. Na verdade, todos os estados estão visando atrair investimento para os seus estados. Nada mais é do que geração de renda, geração de emprego e aquecimento da economia. O que eles querem como resultado? Eles querem atrair mais investimentos, movimentar a economia, gerar mais impostos, empregos e renda.

Com isso, começou-se já há alguns anos a chamada guerra fiscal, que nada mais é do que uma redução tributária paulatina e constante dos estados, que começam a competir um com os outros. Os nossos impostos estaduais, pelo menos os três principais, atualmente são: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o Imposto sobre Veículos Automotores e o Imposto de Transmissão Post Mortem. São os impostos estaduais que mais impactam. Todos os demais impostos que não estão aqui ou são federais ou municipais.

Aqui, nós temos uma comparação do estado de São Paulo em relação ao PIB nacional. O nosso PIB, hoje, é de 2,2 trilhões - fechamos o 2018. Para vocês terem uma ideia do que isso significa, a somatória do PIB dos sete estados que estão depois de nós, os mais ricos, não dá metade do nosso. Somos a maior carga tributária do Brasil.

Somos o décimo segundo estado em área territorial e correspondemos a aproximadamente 3% do território nacional. Temos a maior população do Brasil, com 44 milhões de habitantes: aproximadamente 25% da população do País mora no nosso estado. E disparadamente temos a maior infraestrutura dos 26 estados mais o Distrito Federal, inclusive na área aeroportuária.

Sem dúvida, São Paulo é a locomotiva do Brasil. É ela que puxa todos os outros estados, em todos os sentidos. Então, as práticas que fazemos nessa Casa Legislativa repercutem, com certeza, em todos os outros. Somos a maior Assembleia Legislativa das Américas, fora os Estados Unidos: do México para baixo. Consumimos o maior orçamento dos 27 estados. Promulgamos o maior número de leis e estamos à frente, então, do maior estado da União.

Existe um princípio universal da redução de tributos. A redução de tributos sempre é simpática, sempre foi. Existem longos estudos a respeito disso. Mas um dos que eu gosto é chamado racionalidade da economia, onde a gente tem que quando você reduz a carga tributária, você aumenta o nível de novos postos de trabalho, aumenta os empregos. Você aumenta a renda direta e indireta e você aquece a economia. Em vez de você mandar dinheiro para os cofres públicos, que nem sempre são bem gerenciados, você manda dinheiro para a própria população, que gerencia melhor. Esse é um dos princípios.

Nós temos aqui, então, o mapa do Brasil - dados do IBGE. E o nosso país está entre os três países do mundo que têm a maior carga de impostos. Dos 256 países que existem hoje no mundo, o Brasil é o terceiro maior em arrecadação de impostos e tributos do mundo. Só como curiosidade, existem 256 países, mas nem todos são devidamente formalizados. A ONU reconhece 193; o Comitê Olímpico, 206; a Fifa, 209; 216 são catalogados; e existem mais 40 que não são catalogados, mas existem como nação.

E tudo vai se resumir à relação custo-benefício: carga tributária versus o retorno oferecido à população. "Ok, eu sou do povo, estou pagando imposto." A pergunta é: "o que o Governo me dá de volta? O que eu recebo de retorno por essa carga tributária?". Pode voltar, por favor, só para eu terminar esse slide. Nós somos 210 milhões de habitantes hoje. E nós reconhecidamente sabemos que o nosso retorno tributário não é bom. Para que vocês tenham uma ideia do que eu estou falando - e isso, professor Giannazi, é muito interessante, nós consumimos dessa ideia -, o Brasil está no oitavo lugar do ranking econômico mundial. Um país desse tamanho está em oitavo. Nós temos o índice de desenvolvimento humano de número 79. Somos o quinto maior país do mundo e a quinta maior população do mundo. Isso aqui é o ranking de inovação, desenvolvimento e tecnologia: 69. Ou seja, somos um país grande, de grande população, de maior arrecadação tributária do mundo, mas a gente não vê o retorno disso.

E como é que se obtêm impostos? A gente obtém impostos de formas diretas ou indiretas. Diretas, quando incide direto na receita, chamado na origem. Eu emito uma nota fiscal, eu tenho imediatamente anotada a minha responsabilidade de pagar aquele imposto. E o indireto? Quando incide sobre o consumo. É aqui que o Brasil morde. Tudo que eu compro e pago no Brasil tem imposto, do pãozinho da padaria ao meu carro, do chiclete ao cigarro, da bebida às necessidades básicas de alimentação.

Esse imposto direto já é, hoje, acima de 27,5%, e o indireto chega a ser, em alguns produtos, mais de 50 por cento. Então, aqui um exemplo de impostos indiretos que incidem sobre o consumo: podem ser produtos ou serviços, alimentação, hospedagem, transporte, vestuário, turismo, peça, máquina, equipamento. É aqui que a população não sabe quanto que ela está pagando de imposto, mas é, segundo os grandes tributaristas, enorme.

Resultado geral: voltando ao nosso tema que é o combustível de aviação, no resultado amplo, o que o estado de São Paulo vai deixar de recolher na gasolina de aviação é muito mais positivo, porque ele vai gerar uma receita líquida muito superior à renúncia fiscal da origem, e nós vamos mostrar isso daqui a pouco, em outro slide. Voltarei daqui a pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Cezar. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Professora Bebel Lula. (Pausa.) Deputado Emídio Lula de Souza.

Enquanto V. Exa. se desloca à tribuna, quero fazer ciência aos deputados que, hoje, contamos com a visita do vereador e sempre senador Eduardo Suplicy. Seja muito bem-vindo, vereador. Nós conhecemos a sua história, inclusive, nós tivemos um problema, publicamente. Já lhe pedi desculpas na Câmara Municipal e o faço novamente, em consideração à sua história e à sua idade, também como homem mais velho.

Nós consideramos muito a sua pessoa. Seja muito bem-vindo, eu um prazer recebê-lo nesta Casa. Deputado Emídio.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria também me somar aos cumprimentos ao vereador. Já foi deputado estadual, já foi federal, já foi senador, hoje, é vereador da Capital: nosso querido Eduardo Suplicy. É uma honra tê-lo aqui. Sempre, nos espaços onde ele esteve, foi uma pessoa e é uma pessoa que goza da mais ampla simpatia, porque tem posições muito claras, é uma pessoa de posições e de defender as pessoas que mais precisam. Então, nós temos muito orgulho de ter o Suplicy entre nós. Mais uma vez, eu agradeço pela acolhida desta Casa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, além da presença do Eduardo Suplicy, eu queria aproveitar este momento para comentar, brevemente, e debater com o meu colega que me antecedeu, deputado Castello Branco. Sobre esse debate dos combustíveis, deputado, veja bem, eu quero expressar posição diferente da sua, respeitosamente, mas eu acho que o problema da desoneração e o problema - como dizer? - de abrir mão de impostos como tem sido feito, ela precisa de uma discussão aprofundada e precisa de muito cuidado.

Cumprimento o deputado Sargento Neri. Por que eu acho? Porque, hoje, o estado de São Paulo já tem um índice de desoneração fiscal muito grande. No ano passado, por exemplo, já passou da casa de 20 bilhões de reais, ou seja, é uma desoneração, isso em vários setores. Como é que se faz desoneração? É proibido fazer? Não, muitos países fazem em áreas específicas, quando você quer desenvolver uma área ou quando você quer melhorar a condição de vida da população.

Então, por exemplo, acho bastante razoável você tirar a carga tributária do setor de alimentos; do setor de tecnologia, quando você quer desenvolver; do setor de saneamento básico; você facilitar a compra, por exemplo, de equipamentos agrícolas para desenvolver um setor da agricultura. Agora, preocupamo-me a concessão de incentivos fiscais ou de desoneração fiscal de maneira completamente aberta e sem critérios claros.

Por exemplo, esse critério, no caso aqui, de reduzir os impostos para combustíveis de aviação, do querosene de aviação, ele precisa ser olhado com muito cuidado, porque São Paulo, segundo os estudos do próprio Governo do Estado, deixará de arrecadar mais de 300 milhões de reais por ano. Tal estado que tem muitas dificuldades, tem muito problema a ser feito, tem muita demanda reprimida. Não tem sessão aqui, por exemplo, que o Sargento Neri, ou outros deputados ligados à Polícia Militar não venham aqui defender que a Polícia precisa ser valorizada.

Quer dizer, quando você abre mão de receita, você também está impedindo que o estado crie condições de fazer política como deve ser feita. Veja V. Exa. que as reformas de escolas anunciadas agora custarão menos de um bilhão de reais. Quer dizer, só na desoneração fiscal, do que o estado vai deixar de arrecadar, de aviação, já bate a casa de 300 milhões de reais. Então, você precisa fazer o exercício contrário. O que era possível fazer, e quem vai ser beneficiado com essa medida?

Eu, à primeira vista, quero dizer a V. Exa. que eu acho que é prejuízo para muitos e benefício para poucos. Acho mesmo. Por quê? Porque se fosse para beneficiar muita gente, sabe o que eu faria? Eu faria a desoneração para óleo diesel, por exemplo, para transporte de carga e de passageiros, para reduzir a tarifa de ônibus urbanos, para quem utiliza deles, ônibus a gás ou ônibus a diesel, e reduziria, Sargento Neri, além do combustível para ônibus, o combustível para caminhões, porque isso, você reduzir o ICMS para combustíveis de caminhão... O caminhão, em um país e em um estado onde a carga é transportada predominantemente sobre rodas, evidentemente, teria um impacto no custo dos alimentos, no custo do produto que é transportado, que não me parece o caso de São Paulo.

Eu acho que esse projeto também tem dados que não parecem críveis. Por exemplo, ele fala que essa medida pode gerar até quase 60 mil empregos. Sabem quanto tem na cadeia aeroviária inteira hoje? Cinquenta e dois mil empregos. Como é que ele anuncia que com essa medida vai gerar outros 59 mil empregos? Quer dizer, não me parece crível que isso aconteça. Agora, a certeza é de que no caixa do estado vai ter 300 milhões de reais a menos, e que as reivindicações feitas, ou por mais Segurança ou por Saúde de qualidade, ou por escolas melhores, ou por salários mais decentes para o funcionalismo, esses pedidos estarão cada vez mais comprometidos pela dificuldade do estado de atender essas demandas.

Então, não me parece razoável. Esse projeto visa a beneficiar algumas empresas, que eu não sei que benefício traz para a população paulista no imediato. Quer dizer, não se garante redução de tarifa de avião, não se garante... Eu estou mais preocupado com o custo da tarifa de ônibus do que com a tarifa de avião. Essa que afeta diariamente o cidadão e que poderia ser objeto de redução tributária por parte do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigdo, senhor deputado. Próximo deputado, deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Solicito que o deputado Douglas Garcia assuma a Presidência dos trabalhos.

- Assume a Presidência o Sr. Douglas Garcia.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PSL - Reassumindo a Presidência dos trabalhos, continuando a lista do Pequeno Expediente, eu gostaria de chamar o nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Roberto Morais. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Nobre deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assessores, funcionários, em nome da cabo Flávia e do cabo Agnelo, quero aqui saudar nossa Assessoria Policial Militar, não estou vendo hoje o pessoal da assessoria Policial Civil, mas estão sempre presentes aqui também, um abraço a todos, a todos aqui presentes, sejam bem-vindos, um prazer recebê-los, aos amigos e amigas que nos acompanham pela TV Assembleia, é um prazer estar aqui novamente.

Quero começar como sempre começo a minha saudação, saudando os municípios aniversariantes. Hoje, dia 19, é o aniversário da querida cidade de Ribeirão Preto, área do CPI-3. Um abraço a todos os queridos amigos de Ribeirão Preto, amigos e amigas. Contem com o nosso trabalho aqui na Assembleia Legislativa.